

AS RELAÇÕES EUROPA-ÁFRICA: O CASO DE ANGOLA

**Universidade Autónoma de Lisboa
18 de Abril de 2005**

RELATÓRIO

António Raimundo, IEEI
Patrícia Magalhães Ferreira, IEEI

1ª Sessão: Reconstrução pós-conflito em Angola e Relações com Portugal

Relações Portugal - Angola: perspectiva política *Vítor Ramalho*

No quadro geral da política externa portuguesa, as relações de Portugal com os países de língua portuguesa foram caracterizadas como de extrema importância ("relações decisivas"). Sobretudo face a um contexto internacional globalizado, mas feito ainda de incertezas quanto ao sentido da sua evolução.

Foi realçada a necessidade de ultrapassar de forma peremptória a perspectiva adoptada em relação a esses países durante o Estado Novo. A perspectiva actual, de natureza essencialmente económica ou financeira, foi descrita como insuficiente. Em contrapartida foi sublinhada a necessidade de se adoptar uma visão de cariz mais político e estratégico

De acordo com o orador, o aprofundamento das relações entre estes "países de fala comum" apresenta-se como uma mais-valia para Portugal. Porém, tal aprofundamento enfrenta dois problemas principais: um problema cultural e um problema geracional. Problema cultural: colonizador e colonizados viveram durante cerca de 50 anos sob o mesmo regime, a ditadura portuguesa. Tal facto continua a marcar as relações entre ambos os povos. Por outro lado, ao contrário de outros países europeus onde a descolonização ocorreu em democracia, no caso português as lutas pela independência coincidiram com a luta pela liberdade na metrópole. Simultaneamente, a metrópole serviu de "berço" a intelectuais e a futuros líderes políticos das colónias que viriam a desempenhar um importante papel no processo de descolonização. Esta "luta comum" e as trocas culturais que se verificaram durante este período deveriam, segundo o orador, ser recordadas e perspectivadas em termos de futuro. Problema geracional: as novas gerações parecem ter mais dificuldade em fazer este "exercício de memória" em relação a tal período de história comum. Tal facto tem sido agravado pelo discurso público sobre essas relações, feito de contornos essencialmente economicistas.

No contexto internacional actual, Portugal apresenta importantes potencialidades para os países africanos - nomeadamente como "porta de entrada" para a Europa. As relações de Portugal com o Brasil seriam um exemplo disso mesmo, onde o nosso país foi, entre 1997 e 2001, o 4º investidor mundial. Apesar das limitações que Portugal igualmente apresenta (de natureza económica, política, estratégica, etc.), os factores culturais poderiam servir para potenciar relações com outros países ou regiões e, dessa forma, produzir importantes repercussões em termos económicos e/ou de influência política. Além de benefícios para Portugal, tal situação poderia

igualmente beneficiar os países africanos - designadamente ao potenciar a multipolaridade e o aprofundamento dos laços entre os países que falam a mesma língua.

Existe o risco de tais potencialidades não serem aproveitadas. Os benefícios que podem advir do facto de Portugal pertencer à União Europeia (UE) apenas podem concretizar-se o país tiver "algo para oferecer" à Europa. Um exemplo do "contributo diferenciado", que Portugal precisa urgentemente afirmar, são precisamente as suas relações com as ex-colónias. Porém, ultimamente tem faltado uma visão estratégica da parte de Portugal (ao contrário do que tem feito, por exemplo, a vizinha Espanha).

Angola apresenta-se como um país determinante para esta visão mais ampla - nomeadamente em virtude das suas riquezas naturais, mas não só. O pendor economicista que tem predominado ultimamente na abordagem das relações de Portugal com Angola constitui motivo de preocupação para o orador que, em contrapartida, sublinha a necessidade de não esquecer e não desperdiçar os laços históricos e culturais.

Relações Portugal - Angola: perspectiva empresarial¹ **Helder Oliveira**

Tópicos: 1) Considerações gerais; 2) Evolução do sistema financeiro em Angola e Portugal; 3) O êxito do banco de fomento em Angola.

1) Considerações gerais

A relação de Portugal com os países lusófonos foi apresentada como uma mais-valia para Portugal no âmbito da UE. Ao constituir um traço da sua identidade, trata-se de um aspecto que deveria ser reforçado. Tal relação apresenta contornos de conflitualidade e intermitência, mas ao mesmo tempo reveste-se de alguma "profundidade" (cultural, mas igualmente económica).

Outro aspecto sublinhado pelo orador foi o da importância estratégica de Angola no contexto da África Subsaariana, em virtude nomeadamente da sua localização, território, recursos naturais, população, organização administrativa, etc. O processo de paz e a evolução política, económica e institucional do país foram igualmente destacados.

Em relação a Angola, a posição de Portugal face aos seus principais concorrentes apresentaria as seguintes vantagens comparativas: os laços históricos; o conhecimento da realidade do país; a capacidade de relacionamento; as perspectivas criadas pela presença de Portugal em Angola. Por outro lado, foram também identificadas dificuldades do lado de Portugal: o seu peso político e diplomático reduzido; as suas carências económicas, empresariais e financeiras; a inconsistência temporal das suas políticas de cooperação (ao sabor das opções individuais de cada Secretário de Estado); o individualismo dos agentes de cooperação.

2) Evolução do sistema financeiro em Angola

Em traços genéricos, o sistema financeiro angolano evoluiu gradualmente em direcção a uma economia de mercado; a confiança dos clientes seguiu tal

¹ Ver apresentação POWERPOINT a partir do Programa do Seminário, no website do IEEI (www.ieei.pt)

desenvolvimento; quanto aos indicadores macro-económicos do país, a sua evolução tem sido optimista.

3) O êxito do banco de fomento em Angola

A evolução do desempenho do Banco Português de Investimento (BPI) em Angola foi caracterizada como um êxito. Ao total existem actualmente 36 agências, esperando alcançar-se o objectivo de 57 agências em finais de 2005. O BPI ocupa actualmente o primeiro lugar em termos de quota de mercado em Angola, tendo como objectivo estratégico o reforço da sua actividade

A visão da sociedade civil

João José Fernandes

Tópicos: 1) As estratégias públicas de combate à pobreza; 2) Os movimentos da sociedade civil em Angola; 3) A presença/estratégia da OIKOS em Angola.

1) As estratégias públicas de combate à pobreza:

O orador começou por enquadrar a estratégia angolana de combate à pobreza. No que toca ao contexto internacional, referiu-se aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM). Quanto ao contexto continental, fez referência ao NEPAD sublinhando o facto de tratar-se de um processo conduzido ainda muito ao nível dos líderes políticos, não tendo podido obter até à presente data um nível suficiente de apropriação pela sociedade civil. Em termos gerais, o programa seguiria a agenda internacional (direitos humanos, boa governação, etc). No que respeita ao contexto regional, fez-se alusão ao plano estratégico da SADC (2003). Ao nível nacional, o governo angolano elaborou um documento nesta matéria – a “Estratégia de combate à pobreza” -, aprovado no início de 2004.²

O documento de estratégia nacional constitui uma tentativa de obter uma visão integrada, tendo sido identificados dez sectores prioritários:

- reinserção social – orientada para três públicos-alvo: os deslocados internos (cerca de 4 milhões em 2002), os refugiados (algumas centenas de milhares espalhados por vários países da região após o conflito), os ex-militares (desmobilizados em vários períodos – 1992, 1996 e agora)
- segurança e protecção civil (essencialmente desminagem);
- segurança alimentar e desenvolvimento rural, cuja ausência de políticas durante a guerra impediu o crescimento e consistência desta área;
- HIV/Sida (estima-se que a incidência actual na população angolana seja de 5%, com tendência para crescer cerca de 18% nos próximos dez anos, em parte devido ao previsível aumento dos movimentos populacionais;
- Educação (essencialmente ao nível básico e com o objectivo de erradicação do analfabetismo);
- Saúde (abrangendo as doenças epidémicas e doenças “da pobreza”);
- Desenvolvimento de infraestruturas básicas (estradas e caminhos rurais, provisão de água e saneamento, planeamento urbano e rural);
- emprego e formação profissional;

² Versão sumária disponível em: <http://www.angolaemb.se/Actualidades/Combate%20a%20pobreza.pdf>

- qualidade de governação das instituições estatais (melhoria do sistema judiciário, reforma das instituições públicas com simplificação dos processos burocráticos, descentralização e desconcentração, melhoria da gestão das finanças públicas);
- gestão macro-económica (criação de condições para o crescimento económico e consequente criação de emprego).

O seu objectivo principal é o de reduzir a incidência da pobreza em Angola (actualmente nos 68%) para metade até 2015, em consonância com os ODM. De acordo com o orador a estratégia carece ainda de estudos de base, mas em geral trata-se de um bom documento. A nível do seu acompanhamento e avaliação, a estratégia prevê mecanismos de consulta. Porém, a Assembleia nacional deveria ser mais associada a esse acompanhamento. Até ao momento, o acompanhamento tem sido sobretudo feito pela sociedade civil, evitando que tal processo se cinja simplesmente ao nível ministerial e sectorial.

2) Os movimentos da sociedade civil angolana:

Foi realçado o crescimento dos movimentos da sociedade civil, nomeadamente nas seguintes áreas: propriedade agrária; acesso ao crédito; direitos humanos e transparência.

No campo da propriedade agrária foi destacada a criação da "Rede Terra", composta por várias ONG, nacionais e internacionais. Esta rede tem focalizado a sua acção no acompanhamento da aplicação da Lei de Terras (2003), a fim de garantir o acesso e o uso da terra pelas comunidades. Para além disso, foi criado um observatório de monitorização de conflitos e *advocacy*.

No domínio do acesso ao crédito existem projectos de micro-crédito que asseguram financiamento às populações menos favorecidas (existe uma rede ao nível regional da qual a OIKOS faz parte). Alguns Bancos comerciais têm evoluído nesta área, até pela implementação de projectos conjuntos com ONG, como é o caso do Banco Sol e da OIKOS em Malange. Neste contexto, tem-se procurado obter uma certa regulação. Para além disso, existe uma rede de reforço da actividade empresarial (RASME)³.

Na área dos direitos humanos, o governo angolano criou uma comissão de direitos humanos, aberta à sociedade civil.

Na área da transparência, têm sido conduzidas campanhas no sector das indústrias extractivas - por exemplo a campanha "Publish What You Pay", à qual certas companhias internacionais aderiram, tais como a BP - contrariamente à Galp Energia.⁴

Em resumo, estes movimentos demonstram um crescimento da participação da sociedade civil angolana, sobretudo no domínio dos direitos humanos e da boa governação.

3) A presença e estratégia da OIKOS em Angola:

A OIKOS dispõe de uma forte presença em Angola desde 1989. Desde então tem apostado na utilização de quadros angolanos (em 110 pessoas apenas uma é estrangeira), permitindo que as principais decisões sejam tomadas no país. Os sectores privilegiados pela organização têm sido os seguintes: serviços básicos;

³ Para mais informações, consultar:

http://www.oikos.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=61&Itemid=73

⁴ Mais informação em: www.publishwhatyoupay.org

segurança alimentar e desenvolvimento rural; existindo eixos transversais aos projectos (HIV/Sida; género; participação; ambiente; educação para a saúde; cidadania; *advocacy*; infra-estruturas comunitárias; reforço institucional). A OIKOS tem igualmente procurado estabelecer parcerias com organizações locais e internacionais, bem como com o sector privado. As suas actividades têm sido conduzidas em 5 províncias: Luanda e Malange, desde 1989; Kuanza Sul, desde 1993; e Huambo, desde 1998. Prevê-se que em breve tais actividades se vejam alargadas a outras regiões. Ao nível de financiamentos, as suas principais fontes têm sido (por ordem decrescente): a UE; a sociedade civil do centro e norte da Europa; a cooperação espanhola; a cooperação portuguesa; a ONU; a sociedade civil portuguesa. Com isto, foi vincado pelo orador os fracos apoios recebidos de fontes portuguesas.

Reconstrução e petróleo

Ana Paula Fernandes

Tópicos: 1) Contexto político actual do petróleo; 2) Desafios da reconstrução, para além do petróleo.

1) Contexto político actual do petróleo:

A produção actual de petróleo em Angola é de 660 mil barris/dia (representando 45% do PIB nacional e 80 a 90% das suas exportações). Segundo a oradora, vive-se actualmente em Angola uma espécie de "paradoxo da plenitude": o petróleo entra numa fase de grande produção, porém a maior parte dos ganhos estão hipotecados por compromissos internacionais até 2008. Pelo que, os referidos ganhos contribuem em pequena medida para o aumento da riqueza interna. Por outras palavras, o petróleo assume essencialmente um papel político, sendo utilizado pela diplomacia angolana nas negociações internacionais.

Destaca-se ainda a existência de um novo contexto no período pós-conflito interno, em que têm surgido novos parceiros internacionais, como a China e o Brasil. Em 2004 a China aprovou uma linha de crédito para Angola no valor de \$2 mil milhões de dólares, dos quais 30% para desenvolvimento de projectos empresariais. Por seu lado, Lula da Silva tem sido activo ao nível da diplomacia económica com Angola.

Diversas questões se colocam. Nomeadamente, como irá o governo angolano utilizar a questão do petróleo a nível internacional? Visto que este recurso é utilizado como instrumento de política externa (sobretudo com o aumento da sua produção e as perspectivas de um ainda maior crescimento no futuro), cada vez mais nas mãos do governo e não de actores externos. Outra questão tem a ver com o relativo esquecimento a que estão votados outros sectores de actividade no campo das indústrias extractivas (p.ex. urânio e gás natural).

2) Desafios:

Diversos desafios se levantam actualmente. Desde logo ao nível institucional, relacionados com a aplicação das receitas para a melhoria das condições de vida das populações. Ultimamente tem havido esforços de transparência e *accountability* por parte do governo, fruto em alguma medida da pressão da comunidade internacional (nomeadamente da Comissão Europeia e ONG europeias), embora o "braço de ferro" que se tem desenrolado nesta área tenha resultado em atrasos significativos, por exemplo ao nível da realização de uma conferência de doadores. A oradora referiu-se também à necessidade de o Estado encarar o reforço da sociedade civil como uma mais-valia. Um outro grande desafio tem a ver com a reconstrução do país, uma vez que é desejável que o peso político que o petróleo assume nas negociações

internacionais se concretize igualmente por benefícios a nível interno, assegurando uma redistribuição das receitas e dos lucros.

Debate:

No âmbito do debate que se seguiu às apresentações, diversas questões foram colocadas. À questão das iniciativas do governo português para apoiar os empresários, o orador Vítor Ramalho esclareceu que o IPAD fornece ajuda institucional (porém no decorrer dos últimos três anos, a fusão do ICP e da APAD terá criado dificuldades de gestão, tendo-se igualmente verificado uma diminuição das verbas disponíveis); outros instrumentos públicos são o ICEP (para o estabelecimento de parcerias) e a CPLP (sobretudo a nível multilateral). Helder Oliveira acrescentou que Portugal não dispõe dos meios para fornecer os apoios que outros países fornecem (tais como a Espanha).

Uma outra questão colocada foi a da existência ou não de linhas de crédito para pessoas carenciadas, por parte do BPI. O orador Helder Oliveira esclareceu que o BPI dispõe de medidas somente ao nível empresarial, nível no âmbito do qual se situa (diferente de um âmbito de "caridade", para o qual não dispõe de linhas de crédito). Para além disso o BPI tomou algumas iniciativas de apoio à sociedade civil angolana.

À questão das dificuldades enfrentadas pelo NEPAD em Angola, João José Fernandes respondeu que inicialmente o NEPAD "passou ao lado" de Angola, por um lado devido a dificuldades de natureza administrativa, tais como a inexistência de documentos em português (segundo o orador, devido à atitude negligente por parte de Angola e Portugal); por outro lado, a própria configuração do NEPAD terá criado dificuldades, por ausência de temáticas com interesse para o país. Na opinião do orador, o programa encontra-se essencialmente configurado para responder às exigências do investimento externo. Diferentemente, seria necessário uma apropriação local da riqueza. Ainda assim, segundo João Fernandes, é fundamental que Angola participe nos fóruns africanos existentes.

Uma outra questão foi a da falta de apoios à OIKOS, por parte da sociedade civil portuguesa. João José Fernandes esclareceu que a explicação teria a ver nomeadamente com reticências da sociedade portuguesa em apoiar um ex-inimigo (durante a guerra colonial). Para além disso, existe a ideia de que tudo é mau em Angola. Porém, segundo o orador, apesar das dificuldades do país tem havido esforços positivos que merecem ser apoiados. Uma outra explicação prende-se com a ideia de Angola ser um país rico. Para João Fernandes seria necessário distinguir a riqueza em recursos da riqueza que as populações efectivamente possuem. De igual forma seria necessário diferenciar os tipos de apoio prestados ao país. Na sua opinião, os mecanismos de micro-crédito constituem um importante meio de atrair pessoas excluídas dos mercados, não se tratando propriamente de uma medida de "caridade".

À questão das políticas seguidas pela SONANGOL e da posição ocupada por Angola como fornecedor de petróleo aos Estados Unidos (EUA), Ana P. Fernandes respondeu que a SONANGOL apenas produz pareceres técnicos, sendo as decisões da competência da tutela. Quanto à posição de Angola enquanto fornecedor dos EUA, este representa cerca de 4 a 5% das importações dos EUA (sendo que os EUA importam cerca de 67-75% do seu consumo). Em termos de produção, Angola ocupa o 2º lugar na África Subsaariana, a seguir da Nigéria. A oradora sublinhou ainda na sua intervenção a importância de que se revestem os projectos de micro-crédito (como questão de acesso), bem como da responsabilidade social das empresas e dos meios de comunicação social (os quais devem igualmente ser sensibilizados para os problemas efectivamente existentes).

2ª Sessão: As Relações Europa-África: Desafios Actuais e Perspectivas Futuras

O Diálogo União Europeia – União Africana⁵ Marc de Tollenaere

O contexto político na UE foi apresentado como complexo, feito de políticas interligadas, a nível regional e sectorial. Outra característica referida foi o da sua natureza particular, fruto do “legado de Delors” – o grupo ACP atribuído à DG DEV. e o resto do mundo à DG RELEX. A isto acresce o facto de alguns Estados Membros possuírem políticas específicas - que dificultam a coordenação e complementaridade - bem como as interferências entre diferentes as agendas (actualidade política, relações bilaterais...).

O orador referiu-se igualmente aos principais traços que caracterizam o acordo de Cotonou, sucessor de Lomé: a longo prazo (20 anos); constituído de 3 pilares: cooperação, comércio, diálogo político; prevendo elementos essenciais e fundamentais; cujos princípios básicos são: parceria, financiamento a longo prazo, baseado no desempenho, planos nacionais e regionais, acordos múltiplos, etc.

Como tópico seguinte fez-se referência à União Africana. Realçou-se o facto de ser uma organização que veio substituir a OUA; tendo sido criada em 2000 e lançada em 2002 e dispondo de um plano estratégico (a partir de 2004) cujos objectivos são os seguintes: a curto prazo, consolidar os pilares institucionais e “tecer o tecido africano”; a médio prazo, a convergência das comunidades regionais; a longo prazo, a integração continental. O orador abordou ainda os principais desafios que a OUA enfrenta, designadamente: a cacofonia institucional, a fragilidade das instituições, as questões de governação. Estes factores tornam a coordenação muito difícil, quer entre os diversos órgãos da UA, por falta de recursos humanos e financeiros, quer com outros níveis de governação (com o NEPAD, que deve ser integrado na UA; com as organizações sub-regionais, com os Estados-Membros).

Referindo-se ao diálogo UE-África, o orador destacou as seguintes etapas: a declaração e Plano de Acção do Cairo (2000); as dificuldades criadas pela crise no Zimbabué; o reinício do diálogo com a UA (2002); as melhorias nesse mesmo diálogo com a troika⁶; o grupo de trabalho entre a Comissão Europeia (CE) e a Comissão da União Africana (CUA). Como temas prioritários do diálogo UE-África foram mencionadas as seguintes questões: paz e segurança (em que a UE concedeu 250 milhões de Euros através do programa “Africa Peace Facility”); boa governação (NEPAD/APRM, etc); integração regional e comércio; desenvolvimento; política global. As possíveis áreas de cooperação identificadas foram: a paz e segurança; o desenvolvimento institucional; a integração regional; o comércio; a boa governação. Quanto aos desafios, foram enumerados os seguintes: racionalizar políticas e instituições; estabelecer uma visão comum (métodos, objectivos, assuntos); a necessidade de dotar a UA de meios para reforço institucional (discute-se actualmente um apoio de €50 milhões, por parte da UE); a complementaridade com outros níveis de governação; o envolvimento institucional de outros actores. Em jeito

⁵ Para mais informação ver apresentação POWERPOINT, a partir do programa do Seminário, no Website do IEEI (www.ieei.pt).

⁶ Constituída por uma combinação de ministros das duas partes e representantes das Comissões da UE e da UA.

de conclusão, o orador venceu o facto de a Comissão da UA representar a melhor oportunidade para fazer face a estes desafios (tal como o tem demonstrado ultimamente).

Conflitos e Desenvolvimento em África

Fernando Jorge Cardoso

A construção da integração em África foi apresentada pelo orador como sendo meramente "retórica". Exemplos disso seriam: o Plano de acção de Lagos (1984) – que previa um plano de integração económica a nível continental, dando prioridade à industrialização e utilizando mecanismos complementares; a Cimeira de dirigentes africanos (Tratado de Abuja - 1991), em que se previa uma integração continental orientada para a economia mundial, seguindo um plano até 2025; a União Africana (2002) – de sentido mais económico e mais de acordo com o "espírito do tempo". Na opinião do orador não pode haver integração económica sem industrialização prévia, como demonstram a generalidade dos processos de integração existentes. Apesar de os instrumentos políticos serem úteis, são igualmente insuficientes e criam o risco de frustrar expectativas, as quais estão actualmente num nível demasiado elevado. O NEPAD é um exemplo deste excesso de ambição. Ainda assim tal projecto engloba certos aspectos positivos, como o facto de constituir uma tentativa de definição de políticas autónomas ou o seu papel na mediação de conflitos, através da UA. A elite africana foi caracterizada como sendo de fácil adaptação ao contexto internacional, aplicando de forma acrítica modelos de desenvolvimento vindos do exterior.

Outra ideia avançada nesta apresentação foi a de estarmos perante um regresso de algumas das linhas de força dos anos 60. Durante o período 1950-60, num contexto marcado pelas independências, os paradigmas de desenvolvimento seguidos (PNUD) encontravam-se voltados para as infra-estruturas e a industrialização, essencialmente através da modernização da agricultura e substituição das importações. Entre 1970-90, no contexto das crises energéticas, os paradigmas adoptados tiveram como cânones: a estabilidade financeira, a redução de despesas públicas e o ajustamento estrutural. Durante a primeira metade da década de 1990, com os processos de transição democrática que estão em curso em África, o contexto de degradação económica leva a uma crise do Estado. Entre a segunda metade dos anos 90 e a primeira metade deste século verifica-se um recrudescimento dos conflitos, embora de natureza diferente (com o surgimento de novos intervenientes internos, como os "senhores da guerra").

Actualmente regressam os investimentos em infra-estruturas básicas. Um exemplo ilustrativo desta ideia é a NEPAD - todavia, se um acordo de base sobre os investimentos existe, tal não se verifica em relação ao seu financiamento, uma vez que dos 65 biliões de dólares previstos, apenas 2 biliões já foram entregues. Outra questão que se levanta tem a ver com o método a seguir, ligada ao facto de tal processo abarcar vários países, e países diferenciados; também os investimentos provindos da China e de investidores privados são exemplo desta abordagem.

Regressa igualmente a importância dos recursos naturais para África. Moçambique é um exemplo importante, uma vez que, se há cerca de seis anos as principais exportações eram agrícolas (camarão, algodão, caju), actualmente os primeiros produtos de exportação são o alumínio, a energia eléctrica – exportada para a África do Sul – e o gás natural. Tal evolução suscita questões interessantes, ligadas ao

facto de o acesso às matérias-primas estar condicionado pela estabilidade política e militar e pela existência de infra-estruturas.

Debate:

José Briosa e Gala referiu existir um esforço genuíno em África no sentido de serem assumidas responsabilidades próprias (UA, NEPAD), nomeadamente através de mecanismos específicos como o "peer review", em que os Estados se submetem livremente a uma avaliação das contas pelos seus pares e ao qual já aderiram 24 Estados Africanos. No mesmo sentido, vários parceiros africanos solicitaram em 2002 à OCDE um mecanismo de *accountability* mútua.

Outras iniciativas foram igualmente surgindo, como é o caso do APF - African Partnership Forum, impulsionado em 2003 por Jacques Chirac e constituído por países do NEPAD, países do G-8 e ainda outros Estados da OCDE com compromissos significativos ao nível da ajuda pública ao desenvolvimento (incluindo Portugal); ou ainda a Comissão para África criada por Tony Blair. Independentemente de ser consensual a importância da existência de mecanismos de diálogo, a multiplicação de iniciativas representa, contudo, uma duplicação e dispersão de esforços, com alguma falta de coordenação e dificuldades na identificação dos interlocutores tanto do lado europeu como africano.

Foi sublinhado o facto de não existir o risco de África ser esquecida, em parte devido a factores económicos e geoestratégicos, como a importância das matérias-primas e a instabilidade no Médio Oriente. Todavia, tal ideia implica os seguintes pressupostos: políticas de rigor; mecanismos de diálogo; coordenação entre as diferentes iniciativas; apoiar os esforços que estão a ser feitos em África.

No âmbito do debate que se seguiu, diversas questões foram colocadas. À questão da importância do diálogo UE-UA no contexto de Cotonou, Marc de Tollenaere referiu a existência de um diálogo entre a UE e as regiões africanas para a negociação dos Acordos de Parceria Económica (APE). Porém, tal diálogo tem sido confrontado com algumas dificuldades: a complexidade (insuficiência de meios técnicos do lado africano); a resistência da parte da sociedade civil; o "desaparecimento" do bloco ACP.

Outra questão colocada foi a da importância da UA. Na sua resposta, Fernando J. Cardoso fez referência ao papel positivo que a UA tem tido a nível político. Em termos económicos, a análise já seria susceptível de levantar mais dúvidas. Por seu lado, José Briosa e Gala destacou o facto de o NEPAD representar um projecto mobilizador em termos estratégicos e políticos.